

Política agrícola II

Socorro à agroindústria

O GOVERNO federal anunciou pacote de ajuda ao agronegócio de R\$ 12,6 bilhões, dos quais:

- R\$ 10 bilhões são destinados a uma linha de crédito para agroindústrias (principalmente frigoríficos), indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias;
- R\$ 2,3 bilhões irão para a estocagem de álcool;
- R\$ 300 milhões direcionados ao Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor Produção Agropecuária (Prodecoop). Com isso, a linha passa de R\$ 1,7 bilhão para R\$ 2 bilhões.

Os recursos, que devem ser aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) até o final deste mês, visam a garantir capital de giro para as empresas. As condições dos financiamentos são:

- Juros de 11,25% ao ano, mais 4% de *spread* bancário;
- Prazo para contratação até 31 de dezembro de 2009;
- Prazo para pagamento: até 24 meses, incluído um ano de carência.
- Agente: Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Dessa maneira, o governo espera melhorar o desempenho do setor, que tem impacto direto em dois números de peso para a economia, o nível de emprego - que é decrescente na agroindústria -, e a balança comercial, em relação à qual há expectativa de uma queda expressiva nas exportações brasileiras em 2009, ante a retração dos produtos agrícolas.

O montante de dinheiro também deverá suprir a lacuna de crédito criada a partir

da retração das *tradings* no financiamento agrícola. Como financiam os produtores, com antecipação dos recursos para custeio ou aquisição de insumos, as indústrias podem fechar contratos com mais segurança. O governo busca irrigar os setores com capital de giro porque trará uma espécie de “efeito cascata”, com benefícios para os produtores das cadeias produtivas.

Apesar de não haver limite para a tomada de recursos por empresa, quem assume o risco operacional do empréstimo é o agente financeiro. O tomador que teve eventuais perdas com derivativos e esteja em recuperação judicial poderá se candidatar ao crédito.

Resta aguardar a chegada efetiva dos recursos na ponta tomadora. Existe todo

o trabalho de operacionalização das normas, como a análise de risco e a definição das garantias. É um trabalho burocrático que sempre demanda tempo.

A decisão do pacote de ajuda ao agronegócio se deu após as indústrias do setor perderem 53 mil postos de trabalho entre setembro do ano passado e fevereiro deste ano. Em um levantamento feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) constatou-se que 315 mil trabalhadores ligados a atividades agropecuárias foram demitidos nos últimos cinco meses. Só a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas fechou 1.559 postos de trabalho, quase 10% de todo o seu contingente, sendo que entre fevereiro e março deste ano foram 716 demissões. ■

Potenciais beneficiados

Sem capital de giro e com unidades fechadas e ociosas, alguns setores da agroindústria aguardam com maior ansiedade o pacote do governo, tais como:

Sucroalcooleiro

Crédito de R\$ 1,31 bilhão, sendo 10% para o Nordeste, para estocagem de 2,8 bilhões de litros de etanol. O Banco do Brasil vai disponibilizar ainda R\$ 1 bilhão, com recursos da caderneta de poupança rural. No total, serão R\$ 2,3 bilhões, o que representa a estocagem de 5,0 bilhões de litros de etanol.

Segundo projeções do Itaú/BBA, a dívida líquida bancária das usinas e destilarias chega a R\$ 40 bilhões. A proporção entre a dívida e a tonelada de cana processada pelas 30 usinas avaliadas pelo ban-

co cresceu 93% na última safra, para R\$ 76,1 por tonelada. A expectativa para a safra 2008/2009 é de que a proporção chegue a R\$ 85 por tonelada.

Frigoríficos

A medida ajuda a garantir a fatia de mercado externo já conquistada. A expectativa do setor é a de que seja aprovado o fim da cobrança de PIS/Cofins para os frigoríficos. Atualmente, as companhias pagam 60% da alíquota - que é de 9,25%. Até 31 de dezembro de 2008, os frigoríficos acumulavam créditos de cerca de R\$ 600 milhões de PIS/Cofins.

As indústrias também esperam a liberação do pagamento dos créditos tributários que os frigoríficos têm a receber referentes a exportações. Estima-se que o setor deva receber do governo entre R\$ 1,2 e R\$ 1,5 bilhão de créditos.

Socorro dentro da porteira

A agricultura brasileira busca recursos e juros mais baixos para minimizar o impacto da redução de crédito externo devido à crise financeira mundial e garantir o crescimento da produção de alimentos. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) pretende lançar o próximo Plano Agrícola e Pecuário até final de maio.

Lideranças consideram insuficientes os R\$ 100 bilhões sinalizados por Brasília, ante a perspectiva de uma presença reduzida das *tradings* nos financiamentos. Na safra 2008/09, R\$ 78 bilhões foram destinados à agricultura comercial e R\$ 13 bilhões à familiar.

Com a preocupação não apenas no que diz respeito à disponibilidade de recursos, mas também com a possibilidade de acesso ao crédito, existem outros problemas essenciais para serem solucionados como:

- Revisão de garantias bancárias de produtores;
- Revisões das limitações impostas aos que renegociaram dívidas;
- Aprovação do Fundo de Catástrofe, em tramitação no Congresso Nacional;
- Preços mínimos compatíveis aos custos de produção, que subiram na última safra.

Em 2008, pelo fato de as principais *commodities* estarem com preços altos, havia preocupação com uma possível escassez de produtos. Neste ano ocorreu o oposto com preços mais baixos e excesso de oferta.

Uma iniciativa do governo foi o Contrato de Opção para produtores de milho em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, no Paraná e em Rondônia. No ano passado, a primeira oferta para o setor aconteceu somente em julho. Nos seis leilões realizados do início do ano até agora, a estatal já negociou contratos para 3,27 milhões de toneladas de cereal. Se todos os papéis a vencer em setembro forem negociados, a operação custará R\$ 943,71 milhões.

Minipacote do Conselho Monetário Nacional

Para garantir a manutenção de R\$ 9 bilhões no mercado de crédito agrícola, em março último o Conselho Monetário Nacional (CMN) prorrogou por mais um ano a medida de outubro de 2008, que ampliou o direcionamento obrigatório de recursos ao setor rural de:

- 65% para 70% do depósito na poupança rural;
- 25% para 30% do depósito à vista.

A oferta interna de crédito rural sofreu restrição após o fim da Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF), com o aumento das aplicações dos investimentos e queda nos depósitos à vista. Por sua vez, diante da elevada volatilidade dos preços nos

mercados futuros, as *tradings* deixaram de financiar o agricultor em troca de recebimento futuro da produção. Com o avanço da crise financeira internacional, o quadro de liquidez ficou mais agudo.

Os aumentos de percentuais da exigibilidade deveriam valer somente até o final de junho deste ano. Com a decisão tomada pelo CMN, haverá retração dos percentuais somente a partir de julho de 2010, mas com cinco cortes de 1 % a cada ano, até que sejam retomados os patamares de exigibilidade existentes no período anterior à crise financeira.

As instituições financeiras vinham restringindo o total de crédito rural baseado na exigibilidade, uma vez que previam a necessidade de retomar os percentuais mais baixos do direcionamento obrigatório a partir de julho. Como esse movimento tinha o potencial de contrair a oferta de crédito rural, o CMN estendeu o prazo de vigência dos índices mais elevados de exigibilidade.

Em outra medida para aumentar a oferta de crédito, o CMN alterou parcialmente a fonte de recursos da linha de R\$ 500 milhões criada para financiar o pagamento da parcela de 40% das dívidas de produtores do Centro-Oeste com programas de investimento sob gestão do BNDES. A linha, que foi prorrogada até 15 de maio, está parada porque os bancos não têm interesse em emprestar a quem já está endividado ou renegociou seus débitos.

Com recursos da poupança, a linha passará a ter R\$ 40 milhões do Banco do Brasil e R\$ 40 milhões dos bancos do Nordeste (BNB), da Amazônia (Basa) e cooperativos (Bancoob e Bansicredi). Ao subtrair esse total da fonte BNDES, o governo buscará estimular os empréstimos até 30 de junho. Para tanto, haverá um “prêmio” de 30% de desconto nas exigibilidades para cada real que o banco emprestar nessa linha.

O CMN também concedeu prazo adicional até 15 de maio para finalizar a renegociação das dívidas rurais com investimentos (BNDES e Pronaf) e de custeio e investimentos com fundos constitucionais. Mas o benefício será restrito a quem já formalizou o pedido até dezembro de 2008. A medida terá um impacto de R\$ 5,5 milhões ao Tesouro Nacional.

Complemento ao pacote do governo

Além da ajuda à agroindústria, o governo anunciou outras duas medidas de apoio ao produtor rural:

1º Alteração na regulamentação do contrato de opção de vendas como instrumento de política agrícola, tanto na definição do preço de exercício utilizado no lançamento, quanto no direito de vender o produto objeto da operação;

2º Alteração nos prazos para renegociação das operações de crédito rural (securitização, Pesa, Recoop, Funcafé e Funcacau), no âmbito da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008.